

Resumo Executivo

O setor de óleo e gás (O&G) desempenha um papel estratégico e fundamental na economia brasileira, indo além de seu papel como fornecedor de energia. Ele se consolidou como um dos pilares das receitas públicas do país, contribuindo para a arrecadação tributária e outras receitas governamentais, tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal.

Arrecadação anual atribuída à indústria de O&G ultrapassou:



R\$325 bilhões

Considerando União, Estados e Municípios em 2023.

Em 2023, um total de R\$155,8 bilhões foram destinados a União, um montante suficiente para financiar:



Principais Fontes de Receita Federal em 2023:

Royalties R\$16,3 bilhões	PE R\$19,4 bilhões	Bônus de Assinatura R\$0,9 bilhão	Lucro Óleo R\$6,0 bilhões	Tributos Gerais R\$ 113 bilhões
------------------------------	-----------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------------

Principais Fontes de Receita Estadual em 2023:

Royalties R\$14,4 bilhões	PE R\$15,6 bilhões	ICMS R\$116 bilhões
------------------------------	-----------------------	------------------------

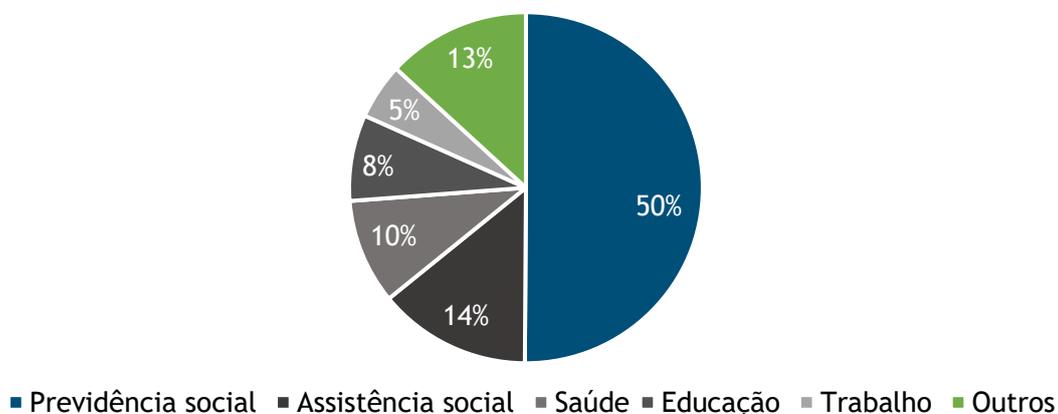
O setor de óleo e gás é um ativo estratégico para o Brasil, não apenas sob a ótica energética, mas também como um pilar do financiamento público. A continuidade e o fortalecimento do setor, por meio de políticas estáveis e um ambiente regulatório seguro, são cruciais para gerar riqueza, empregos e receitas, impulsionando o desenvolvimento nacional e o bem-estar da população.

1) Introdução

O setor de óleo e gás (O&G) ocupa uma posição estratégica na estrutura econômica brasileira. Muito além de seu papel como fornecedor de energia, consolidou-se como um dos pilares das receitas públicas do país. Sua contribuição transcende o impacto direto sobre o Produto Interno Bruto (PIB), sendo responsável por 17% do PIB industrial (CNI, 2024) e refletindo-se de forma expressiva na arrecadação tributária e em outras receitas governamentais, tanto em âmbito federal quanto estadual. Trata-se, portanto, de um setor que não apenas movimenta a economia, mas também auxilia na capacidade do Estado de cumprir suas funções essenciais.

Nesse sentido, é importante destacar que a arrecadação federal é vital para o funcionamento da máquina pública. Em 2023, a receita orçamentária da União alcançou R\$ 5,20 trilhões, frente a uma despesa de R\$ 5,26 trilhões. Desse total, 64% foram destinados a encargos especiais e reservas de contingência, abrangendo principalmente o serviço da dívida pública e os benefícios previdenciários, despesas legalmente vinculadas. Por essa razão, a análise sobre o impacto das receitas do setor de óleo e gás concentra-se nas áreas finalísticas, que correspondem aos 36% restantes, ou R\$ 1,91 trilhão. É nesse espaço orçamentário que o Estado exerce maior discricionariedade e onde a arrecadação efetivamente influencia a continuidade e a qualidade das políticas públicas. Dentro desse grupo, a Previdência concentrou 50,1% dos recursos, a Assistência Social 14%, a Saúde 9,6% e a Educação 8%.

Gráfico 01 - Distribuição do orçamento das áreas finalísticas 2023, % participação



Fonte: Portal da Transparência, 2025.

Tabela 01 - Distribuição do orçamento das áreas finalísticas 2023, bilhões de reais

Áreas finalísticas	Valor
Previdência social	959,6
Assistência social	268,4
Saúde	185,4
Educação	152,0
Trabalho	98,4
Outros	251,3

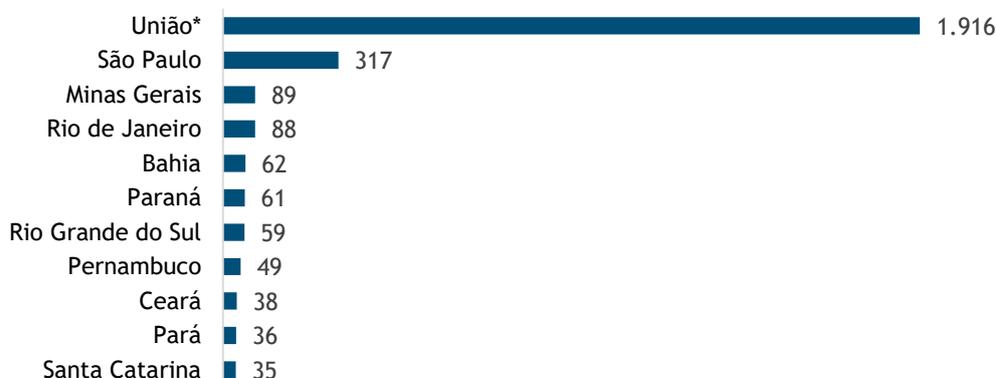
Fonte: Portal da Transparência, 2025

De forma igualmente relevante, os orçamentos públicos estaduais desempenham um papel crucial na garantia da oferta de serviços essenciais à população. A legislação brasileira impõe percentuais mínimos de aplicação de recursos em áreas como saúde, com 12%, e educação, com 25%. Além dessas obrigações constitucionais, os estados também destinam montantes significativos à segurança pública, à assistência social, à infraestrutura, à folha de pagamento e ao serviço da dívida. A execução dessas políticas públicas, detalhada anualmente nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) estaduais, depende diretamente da arrecadação tributária. Isso reforça ainda mais a importância de setores econômicos dinâmicos e geradores de receita, como o de óleo e gás.

Diante desse panorama, torna-se relevante quantificar e analisar a participação do setor de óleo e gás nas finanças públicas brasileiras. Os mecanismos de arrecadação vinculados à sua atividade, como o ICMS, os royalties, as participações especiais, os bônus de assinatura, o lucro-óleo, além de tributos federais como PIS/Cofins, CSLL, IRPJ, dentre outros, representam uma fonte significativa de recursos.

Com base no levantamento e na consolidação desses dados, é possível compreender melhor o papel fundamental do setor na sustentação do equilíbrio fiscal e na viabilização de políticas públicas. Mais do que uma fonte de receita, o setor de óleo e gás é um vetor de estabilidade econômica e social. Sua continuidade e fortalecimento são essenciais para garantir investimentos, geração de empregos e o financiamento do desenvolvimento nacional.

Gráfico 02 - Principais orçamentos estaduais e a União
2023, bilhões de reais



Nota (*): Parte do orçamento que diz respeito às áreas finalísticas.

Fonte: Secretaria dos estados, 2025; Portal da Transparência, 2025.

2) Royalties e Participações Especiais

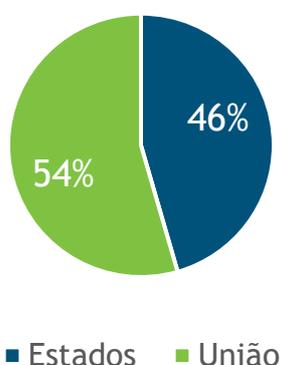
Os royalties e as participações especiais (PE) constituem mecanismos de compensação financeira pela exploração de recursos naturais não renováveis. Por um lado, os royalties, cuja arrecadação é mensal, incidindo sobre o valor da produção fiscalizada, com alíquotas que variam entre 5% e 15%, conforme a legislação e o contrato de concessão. Por outro lado, as PE incidem sobre campos de alta produção ou lucratividade, com alíquotas progressivas conforme a rentabilidade e características do campo.

No que se refere à distribuição federal, a União recebe royalties que somaram R\$ 58,6 bilhões entre 2019 e 2023. Especificamente em 2023, os recursos foram destinados majoritariamente à Educação e à Saúde (53,6%), além do Fundo Social (30,6%), do Comando da Marinha (9,3%) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (6,4%).

Paralelamente, as participações especiais federais totalizaram R\$ 92,1 bilhões no mesmo período, com pico de arrecadação em 2022 (R\$ 27,3 bilhões) e R\$ 19,4 bilhões em 2023. Nesse contexto, o Fundo Social concentrou 89% desses recursos, seguido pelo Ministério de Minas e Energia, Educação, Meio Ambiente e Saúde. Vale destacar que o Fundo Social foi criado com o objetivo de constituir uma poupança de longo prazo com a exploração do pré-sal, bem como a utilização de parte das receitas para financiamento do desenvolvimento social e regional em áreas como saúde pública, ciência, tecnologia, cultura e infraestrutura.

Quanto à esfera estadual, entre 2019 e 2023, somaram mais de R\$ 53 bilhões em royalties, sendo que R\$ 14,3 bilhões foram arrecadados apenas em 2023. Nesse cenário, o Rio de Janeiro lidera como principal beneficiário, com R\$ 12 bilhões recebidos em 2023, equivalentes a 13,6% de seu orçamento. De forma similar, as PE somaram R\$ 73,7 bilhões no período, com destaque para os recordes de 2022 (R\$ 21,8 bi) e 2023 (R\$ 15,57 bi), dos quais R\$ 13,3 bilhões foram destinados ao Rio de Janeiro (15% da receita estadual). Em termos proporcionais, em média, os royalties representam 2% e as PE cerca de 4% dos orçamentos estaduais contemplados.

Gráfico 04 - Arrecadação de Royalties e PE 2023, % por destino



Nota: Não inclui municípios, depósitos judiciais e fundo especial
Fonte: ANP, 2025.

Além desses mecanismos, no setor de óleo e gás, os bônus de assinatura constituem valores pagos pelas empresas ao Estado no momento da celebração de contratos de concessão ou partilha de produção para exploração e produção de hidrocarbonetos. Trata-se de uma compensação financeira inicial, não reembolsável, que garante à empresa o direito exclusivo de atuar em determinada área, geralmente definida em leilões promovidos pelo governo. Ademais, reflete tanto as expectativas quanto ao valor e ao potencial produtivo da área licitada quanto o grau de competição entre as empresas participantes.

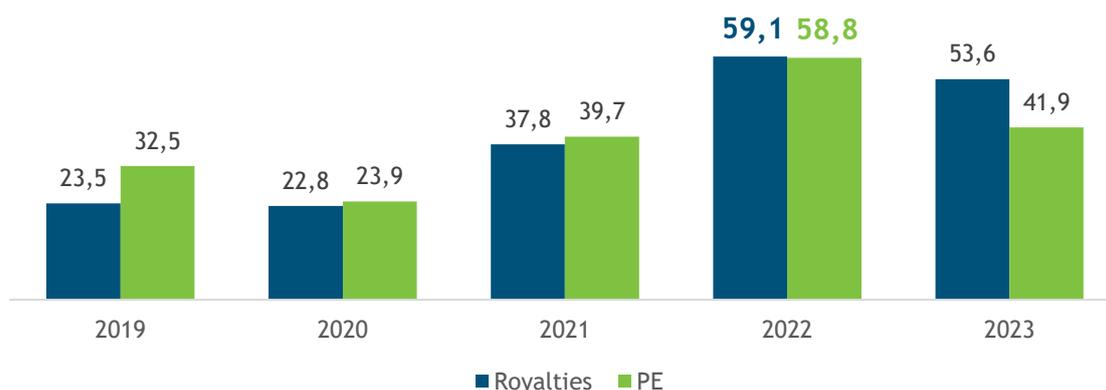
No período analisado, entre 2019 e 2023, o total arrecadado com bônus de assinatura foi de R\$ 96,5 bilhões. Destaca-se que o ano mais expressivo foi 2019, com R\$ 83,9 bilhões, influenciado pelo

resultado do maior leilão da história da indústria do petróleo no país: o leilão dos Excedentes da Cessão Onerosa. Em contrapartida, em 2023, o valor arrecadado foi de R\$ 900 milhões, evidenciando a variabilidade característica desse tipo de receita.

2.1) Arrecadação recorde de 2022:

O desempenho extraordinário de 2022 decorreu de uma combinação de fatores econômicos e produtivos. O principal foi a disparada dos preços internacionais do petróleo, impulsionada pela guerra na Ucrânia, que elevou o valor do barril para mais de US\$ 100. Simultaneamente, houve aumento significativo na produção nacional de cerca de 12,5%, especialmente em campos do pré-sal (840,6 milhões de barris de petróleo e 226,6 milhões de barris de óleo equivalente de gás natural). A conjunção de aumento de preço e de produção resultou na maior arrecadação já registrada pela indústria de óleo e gás no país.

Gráfico 04 - Arrecadação de Royalties e PE
2019-2023, bilhões de reais



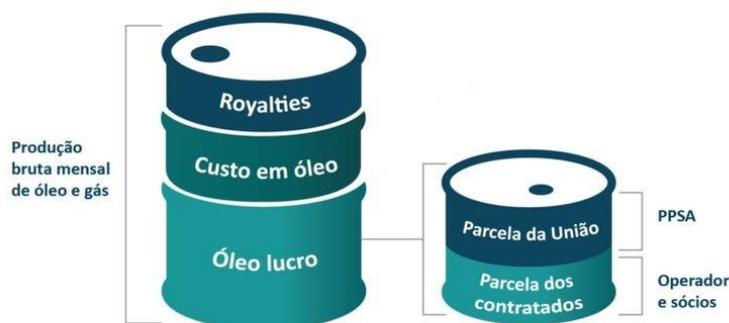
Fonte: ANP, 2025.

3) Lucro-óleo:

O regime de partilha de produção, implementado no Brasil para a exploração de campos do Pré-sal, caracteriza-se pela divisão da produção entre o Estado e as empresas contratadas, diferindo do regime de concessão onde o petróleo extraído pertence integralmente às concessionárias. Nesse modelo, o lucro-óleo constitui a principal receita direta da produção de petróleo e gás, representando a parcela da produção que cabe à União após deduzidos os custos e encargos operacionais.

Operacionalmente, após o reembolso dos custos operacionais e o pagamento dos royalties, o volume restante é dividido entre as empresas e a União, conforme as ofertas apresentadas em leilões. A comercialização da parcela pertencente à União é realizada pela Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA), que comercializou o equivalente a R\$ 6,02 bilhões em 2023, valor 28% superior ao registrado no ano anterior. Considerando o período de 2019 a 2023, o montante acumulado foi de R\$ 13,4 bilhões, o que representa um crescimento superior a 600% no período, evidenciando a crescente importância dessa modalidade de receita para as finanças públicas federais.

Figura 01 - Representação da distribuição da comercialização do Óleo lucro



Fonte: PPSA, 2025.

4) Tributos Gerais:

As empresas do setor contribuem de forma relevante para a arrecadação federal no Brasil. Essa relevância se expressa especialmente por meio da arrecadação de tributos como o PIS/Cofins, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que incidem tanto sobre as atividades de extração de petróleo e gás natural quanto sobre a fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, refletindo o peso fiscal de toda a cadeia produtiva petrolífera.

O PIS (Programa de Integração Social) e a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) incidem sobre a receita bruta das empresas desses segmentos e constituem pilares fundamentais do financiamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a Previdência Social, o Sistema Único de Saúde (SUS) e os programas de Assistência Social. Entre 2019 e 2023, as empresas de extração e refino arrecadaram R\$ 113,9 bilhões com esses dois tributos, o que corresponde a uma média anual de R\$ 22,8 bilhões. Em 2023, especificamente, foram recolhidos R\$ 13,6 bilhões.

Por sua vez, a CSLL também financia a Seguridade Social, incidindo sobre o lucro líquido das empresas de ambos os segmentos da cadeia. No setor de óleo e gás, sua arrecadação totalizou R\$ 46,4 bilhões no acumulado dos últimos cinco anos, com média anual de R\$ 9,3 bilhões. O ano de 2023 marcou um salto expressivo, com R\$ 17,6 bilhões arrecadados, resultado direto do aumento da rentabilidade das empresas do setor no período de elevação da cotação do barril.

Finalmente, o IRPJ incide sobre o lucro tributável das pessoas jurídicas tanto do segmento de extração quanto de refino e representa outra importante fonte de recursos públicos. Entre 2019 e 2023, as empresas de óleo e gás recolheram R\$ 113,2 bilhões em IRPJ, sendo R\$ 43,7 bilhões apenas no ano de 2023. Esse montante reforça a importância de toda a cadeia produtiva na composição das receitas federais e no financiamento de políticas públicas essenciais.

Também foram consideradas as arrecadações com Imposto de Importação e Exportação, Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), contribuições previdenciárias, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e outras receitas

administradas. Todos os tributos mencionados acima garantiram à União um total de R\$ 113 bilhões em 2023.

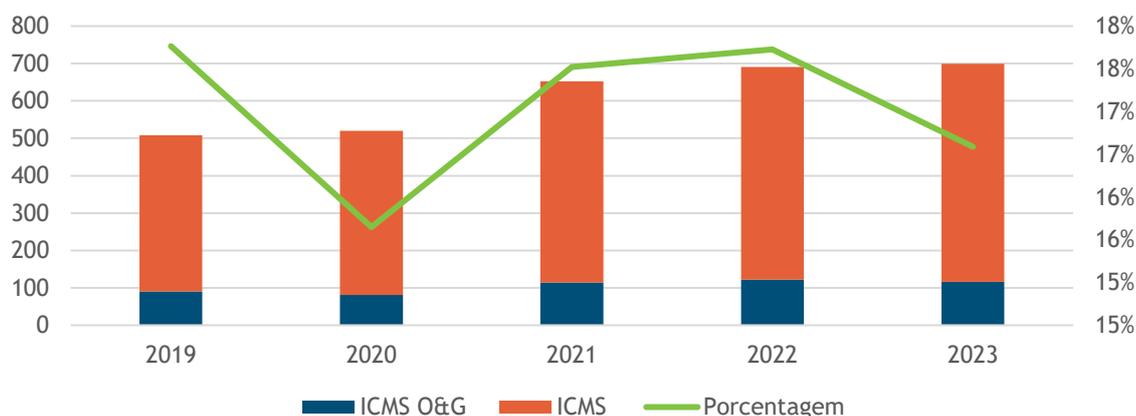
5) ICMS sobre Combustíveis:

O ICMS sobre combustíveis é uma das principais fontes de receita dos estados brasileiros, incidindo sobre a comercialização de bens e serviços. No período de 2019 a 2023, o valor acumulado atingiu R\$ 524,4 bilhões, com uma média anual de participação de aproximadamente 18%. Sua arrecadação representa uma parcela significativa das finanças estaduais, totalizando R\$ 115,6 bilhões em 2023, o que corresponde a 17% da receita total de ICMS.

A relevância dessa arrecadação é ainda maior em estados como Mato Grosso do Sul, onde os tributos sobre combustíveis e lubrificantes representam 26% da receita. Em nível nacional, a participação média do ICMS derivado do setor de Óleo e Gás (O&G) nos orçamentos estaduais é de 11%, com destaque para Goiás (24%), Amapá (22%), Mato Grosso (16%), Pará (15%) e Maranhão (9%).

Esses dados evidenciam a importância das receitas do setor de O&G para os orçamentos estaduais, especialmente por meio do ICMS sobre combustíveis. Conseqüentemente, variações na produção ou nos preços dos combustíveis podem impactar diretamente o financiamento das políticas públicas estaduais, principalmente nos estados onde essa participação é mais expressiva. Isso ressalta a importância do setor, inclusive para estados que não recebem royalties e participações especiais.

Gráfico 04 - Arrecadação ICMS
2019-2023, bilhões de reais

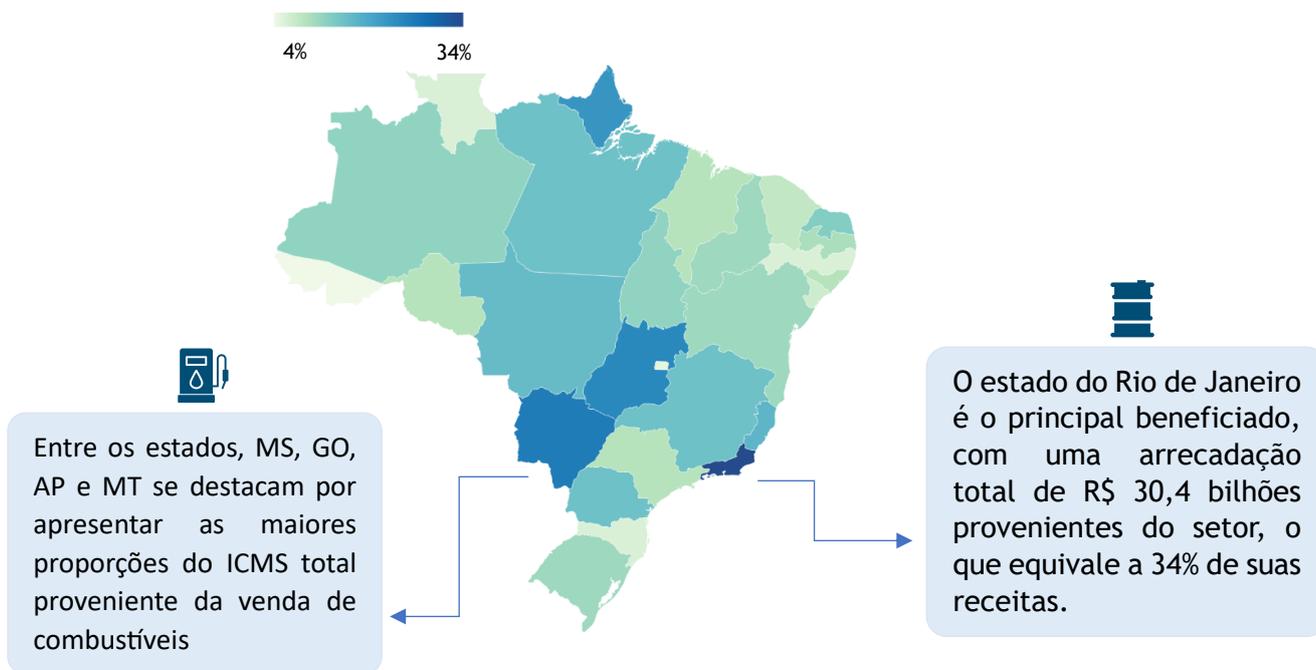


Fonte: CONFAZ, 2025.

6) Análise da Relevância e Dependência:

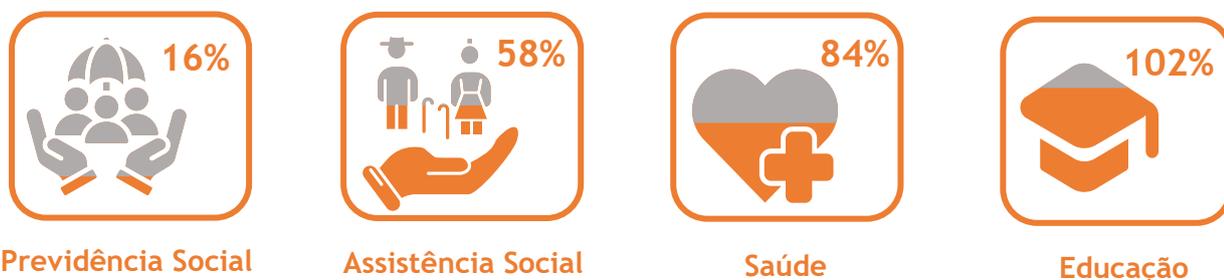
Em nível estadual, a contribuição do setor de óleo e gás se revela igualmente expressiva. A arrecadação média por estado alcança aproximadamente R\$ 5,5 bilhões, o que equivale a cerca de 13% dos orçamentos estaduais. Essa participação considera tanto a arrecadação de ICMS sobre combustíveis quanto os repasses de royalties e participações especiais, demonstrando como o setor se constitui em uma fonte relevante de receitas para os entes subnacionais e reforçando sua importância estratégica no pacto federativo brasileiro.

Figura 02 - Mapa dos estados brasileiros pela faixa de participação dos tributos do setor O&G em relação a cada orçamento estadual



No âmbito federal, a representatividade do setor de óleo e gás é substancial para o financiamento das políticas públicas. Em 2023, a arrecadação federal atribuída à indústria de petróleo e gás natural alcançou mais de R\$ 155 bilhões. Para dimensionar essa contribuição, esse montante seria suficiente para financiar 16% de todo o orçamento destinado à Previdência Social, 58% do orçamento da Assistência Social, 84% dos recursos da Saúde ou 102% do orçamento da Educação, além de superar em 58% o total reservado para a área do Trabalho. Esses percentuais evidenciam a centralidade fiscal do setor para o financiamento das políticas públicas nacionais e demonstram como as receitas petrolíferas constituem um pilar na sustentação do Estado brasileiro.

Gráfico 05 - Participação (%) dos tributos federais do Setor O&G em relação ao orçamento de cada área fim da União em 2023



7) Conclusão:

A análise apresentada evidencia o importante papel do setor de óleo e gás na sustentação das contas públicas no Brasil. A arrecadação vinda de ICMS sobre combustíveis, royalties, participações especiais, bônus de assinatura e tributos federais mostra o quanto estados e União se beneficiam da atividade petrolífera para manter seus orçamentos funcionando. Em muitos estados, especialmente os mais dependentes da produção ou do consumo de combustíveis, os recursos do setor chegam a representar parcela significativa das receitas, como é o caso do Rio de Janeiro, onde ultrapassam um terço do orçamento estadual.

No nível federal, o peso é igualmente expressivo. Em 2023, a arrecadação ligada à indústria de óleo e gás alcançou valores que, sozinha, conseguiria financiar parte relevante dos orçamentos de áreas sociais essenciais como Previdência, Saúde ou Educação. Isso mostra como a produção nacional de petróleo e gás natural não só abastece o país com energia, mas também contribui para o financiamento dos serviços públicos.

Diante desse panorama, é possível afirmar que o setor de óleo e gás permanece como um ativo estratégico para o Brasil – não apenas sob a ótica energética, mas também como um pilar do financiamento público. Com políticas estáveis, ambiente regulatório seguro e estímulo à produção responsável, a indústria tem condições de seguir gerando riqueza, empregos e receitas para o país, sendo um importante aliado no desenvolvimento nacional e na promoção de bem-estar para a população.

Referências:

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2024. Publicado em: 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-brasileiro-do-petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis-2024>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Portal da Transparência. Orçamento federal de 2023. <https://portaldatransparencia.gov.br/orcamento?ano=2023>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Receita Federal. Arrecadação por Divisão Econômica da CNAE. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/arrecadacao/arrecadacao-por-divisao-economica-da-cnae>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ). Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>. Acesso em: 11 jun. 2025.

15 de julho de 2025.